



1 **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU**

2

3 Aos seis dias do mês de abril de 2006, às 10:00, o Comitê das Bacias Hidrográficas

4 dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim (designado Comitê Guandu) deu início

5 à 1ª Reunião Ordinária de 2006, na sala do Cinema Municipal, localizado na rua

6 Senhor do Bonfim, s/nº, cidade de Japeri – RJ, tendo como sugestão de pauta os

7 seguintes assuntos: 1) aprovação da ata referente a 4ª Reunião Ordinária do Plenário

8 de 2005, 2) apresentação do Plano de Bacia, 3) necessidade de aumentar o número

9 de participantes da Comissão de controle e acompanhamento – CCA do Plano de

10 bacia, 4) relato das atividades desenvolvidas pelas Câmaras Técnicas - CT's, 5)

11 aprovação da minuta de resolução que dispõe sobre prorrogação de prazo para

12 apresentação de editais referentes à aplicação dos recursos arrecadados, no período

13 de 2004-2005, com a cobrança pelo uso das águas. A pauta sugerida inicialmente e a

14 ata da 4ª Reunião Ordinária foram aprovadas por unanimidade. Estavam presentes 33

15 membros do Comitê, entre titulares e suplentes, sendo 24 votantes, a saber:

16 Representando a Sociedade Civil - Friedrich Herms, diretor geral do Comitê Guandu

17 (UERJ); Daniel Carvalho (UFRRJ); Nelson Portugal (ABES); Gilson Freire

18 (SINTSAMA); Pedro José de Castro (FAMERJ); José Miguel da Silva (APEDEMA);

19 Sebastião dos Reis (GDN); Representando os usuários - Leila Heizer, Secretária

20 Executiva do Comitê Guandu (CEDAE); Fernando José Lino (LIGHT); Paulo Diniz

21 (ONS); André Cimbleis (FURNAS); Maria Ivonete da Silva (FAERJ); Abílio Souza Faia

22 (FCC); Edes Fernandes (CEDAE); Representando o Governo Municipal - Evandro

23 Batista (Prefeitura Municipal de Rio Claro); Hélio Vanderlei (Prefeitura Municipal de

24 Paracambi); Representando o Governo do Estado – Marilene Ramos (SEMADUR);

25 João Eustáquio (FEEMA – por procuração); Mauricio lobo (IEF); Waldir Rugero Peres

26 (SEPCI); Vera Lúcia Saboya (SEINPE). Participaram dezessete convidados (lista em

27 anexo). A palavra foi passada para o representante da Sondotécnica, Paulo Carneiro,

28 que apresentou o que vem a ser um Plano de Bacia, dando idéia da estrutura básica,

29 metas e organizações lógicas bem como aspectos relevantes (diagnóstico, cadastro

30 de usuários, metodologia de elaboração, temas relevantes, etc.) acrescentou que os

31 dados referentes ao cadastro de usuários serão migrados para o CNARH, informou

32 que o primeiro relatório, que trata do diagnóstico, terá uma versão preliminar com data



Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios
Guandu, da Guarda e Guandu Mirim

33 de entrega prevista para junho e a versão final com data estimada para agosto.
34 Antonio José Bianchi (CRBio II / coordenador do CTIG) sugeriu a possibilidade de
35 acrescentar novas informações, pois estamos concebendo dados que podem ser
36 acoplados ao sistema. Friedrich Herms esboçou a problemática relacionada ao lixo
37 nos municípios e que é preciso ser um assunto a ser abordado e que as prefeituras
38 estão criando áreas específicas de proteção ambiental e que isso deve ser pesquisado.
39 Carlos Borges (IEF) questionou se o plano terá recomendações de projetos. Paulo
40 Carneiro respondeu que, na realidade, é papel do plano identificar os principais
41 projetos a serem implantados. Mauricio Lobo acrescentou que a bacia do Guandu tem
42 um ganho de vegetação quantitativo pelo caráter de pouco crescimento da região e
43 que o IEF deve estar mais integrado no processo e observou que o SNUC permite
44 investimento nesta área, informou que assinou projeto de reflorestamento para
45 reflorestar Seropédica e que existe uma base (cartilhas, vídeo, etc), solicitou ainda
46 maior participação do IEF. Nelson Portugal menciona que é importante incluir riscos
47 de acidentes que possam vir a ocorrer na bacia e sinaliza a importância das
48 recomendações. Evandro Batista perguntou sobre a questão de transposição,
49 Friedrich Herms informou que este assunto está sendo negociado através de proposta
50 em convênio de integração entre o CEIVAP, a ANA e o Comitê Guandu, e que não
51 está ainda detalhado no Plano. As questões relacionadas às bacias que drenam para
52 outras bacias do Paraíba do Sul serão tratadas em outro plano, mas teremos um
53 capítulo no Plano de Bacia que irá abordar as interferências. Edes Fernandes
54 perguntou se o projeto da Hidrovia dos Jesuítas está sendo considerado. Paulo
55 Carneiro respondeu que sim e que deverá ocorrer aprofundamento do leito e que a
56 SERLA terá que intervir no processo, pois poderá outorgar de outros
57 empreendimentos. Menciona ainda, que, por enquanto, este projeto é somente uma
58 idéia, ainda não oficial. Edes Fernandes também perguntou se para o período de
59 elaboração do plano foi previsto algum tipo de monitoramento. Paulo Carneiro
60 respondeu que não está previsto coleta de dados primários. William Weber questionou
61 como seriam ensaiados os cenários para solução de problemas como, por exemplo, a
62 cunha salina. José Miguel falou sobre a preocupação com o plano diretor dos
63 municípios que tem prazo de entrega para outubro de 2006. Paulo Carneiro
64 acrescentou que isto é um processo a ser construído e que não acredita em grandes



Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios
Guandu, da Guarda e Guandu Mirim

65 expectativas devido ao curto prazo que resta. Friedrich Herms passou para o próximo
66 assunto referente à composição da CCA. Elizabeth Machado informou que a
67 preocupação demonstrada pelo representante da ANA – Agência Nacional de Águas,
68 Roberto Lotuffo, na última reunião da CCA foi com relação à participação dos
69 representantes das Indústrias e das Prefeituras. Nelson Portugal comentou que acha
70 bom o número de membros existente atualmente na CCA. Elizabeth Machado
71 informou que participa das reuniões de todas as Câmaras Técnicas do Comitê e que
72 tem repassado o resultado das reuniões da CCA para as Câmaras Técnicas. Hélio
73 Vanderlei sugeriu que seria bom acrescentar mais dois membros de cada segmento
74 que compõe o Comitê. Fernando Lino sugere mais dois membros de cada Câmara
75 Técnica e toda a diretoria. Leila Heizer afirma que existe a necessidade de incluir
76 representante do segmento industrial (FIRJAN) e também considera importante a
77 participação de representante do IEF. Acrescentou que o objetivo das reuniões é
78 também de fornecer informações, e reforçou que nas reuniões das CT's tem sido
79 informado o andamento do PBG. Informou ainda que as prefeituras estão participando
80 pouco do contexto. Independente de se aumentar o número de participantes, sugere
81 reuniões extras. Friedrich Herms esclareceu que antes das consultas públicas serão
82 realizadas reuniões de plenário para dirimir as dúvidas. Leila Heizer informou que está
83 sendo estudada a viabilidade de se realizar reuniões regionais. O Diretor Geral passou
84 para o próximo assunto que se refere ao relato das atividades realizadas pelas CT's.
85 Passou a palavra para Antônio José Bianchi que mencionou estar trabalhando nas
86 diretrizes para estabelecer o que deve constar no projeto do Observatório da Bacia e
87 que para isto seria necessário ter conhecimento do que está contemplado no PBG.
88 Justificou a ausência da Lygia Sanchez, coordenadora da CTCTE, que está
89 adoentada e não pode estar presente. Friedrich Herms informou que a CTEP está
90 elaborando minuta de resolução para que o Comitê seja informado do processo de
91 implantação de novos investimentos na área da bacia e que será encaminhada à
92 CTIG e, posteriormente, à CTALI, antes de ser submetida a votação em Plenário. Leila
93 Heizer informou que as Câmaras Técnicas estão envolvidas na elaboração de
94 diretrizes para nortear os editais de chamada de projeto e ressaltou que é importante
95 a participação de todos os membros. Friedrich Herms reforçou a necessidade de
96 maior participação dos membros e informou que foi encaminhado um quadro de



Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios
Guandu, da Guarda e Guandu Mirim

97 frequência para que todos possam controlar suas faltas em observação ao
98 cumprimento do regimento interno. Antônio José Bianchi diz que é importante
99 aumentar o número de usuários nas CT's. Friedrich Herms diz que a resolução nº
100 08/2005 estipulava prazo de 90 dias para que fosse apresentado o edital de chamada
101 de projeto e que isto envolve varias ações que não foram possíveis, sugeriu a
102 aprovação da minuta de resolução nº 10 para prorrogar o prazo por mais noventa dias,
103 acrescentou que a minuta foi encaminhada por e-mail juntamente com outros
104 documentos a serem discutidos nesta reunião. Foi feita a leitura da minuta de
105 Resolução nº 10 e posterior aprovação por unanimidade. No item sobre Assuntos
106 Gerais, a Secretária Executiva, Leila Heizer, informou que a CEDAE encaminhou
107 oficialmente uma proposta para pagamento da divida referente à cobrança pelo uso
108 das águas e que a mesma foi apresentada em reunião de diretoria. Friedrich Herms
109 acrescenta que os coordenadores das CT's foram convidados para duas reuniões
110 para tratar do assunto. Informou que apesar do Comitê ser um *fórum* para discutir o
111 assunto não temos mecanismo para negociação, não tendo o Comitê competência
112 jurídica para abordar o assunto. Leila Heizer, considerando que seria prudente dar
113 uma idéia do que seria a proposta, menciona que o fundamento da cobrança é a lei
114 nº 4.247, de 16 de dezembro de 2003, que o valor cobrado à CEDAE é muito elevado
115 e que a bacia do rio Guandu é de pequeno porte com usuários de grande porte o que
116 causa algumas distorções, em termos de arrecadação, quando comparada com outras
117 bacias do Brasil. Informou ainda que a empresa se encontra com dificuldades
118 financeiras. Acrescentou que foi formado um grupo de trabalho na empresa para
119 estudar uma proposta e que o impacto da cobrança no produto da CEDAE é muito
120 grande porque a mesma utiliza muita água e na grande inadimplência do consumidor
121 final. No Comitê dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, de São Paulo, foi proposto
122 abatimento no valor a ser cobrado no primeiro ano, considerando a necessidade de
123 organização administrativa do Comitê para aplicação dos recursos arrecadados. A
124 proposta encaminhada ao Comitê foi aprovada pela diretoria da CEDAE, e pelo vice-
125 governador que, na ocasião, se encontrava como Secretário de Meio Ambiente.
126 Friedrich questiona se o Plenário concorda na formação de um grupo de trabalho para
127 avaliar a competência e depois trazer ao plenário para definição. José Miguel informa
128 que não concorda com a lei nº4.247, e que a discussão tem que ser política.



Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios
Guandu, da Guarda e Guandu Mirim

129 Considerou que o Estado tem colocado o Comitê em situações que não são tão
130 agradáveis. Citou o fato do Comitê estar de favor nas dependências da CEDAE, sem
131 infra-estrutura própria e que se não fosse a parceria da REDUC não haveria nenhum
132 funcionário para atender o Comitê. Acrescentou que a SERLA não tem que demorara
133 a realizar os repasses dos recursos necessários à implantação da Secretaria
134 Executiva. A palavra foi passada para Fernando Lino que comentou estar o Comitê na
135 armadilha da Lei nº 4.247 e que o plenário, em reunião anterior, sugeriu a elaboração
136 de duas moções para serem colocadas a público, mas a diretoria optou por não
137 indicar o enfrentamento e dar a oportunidade de que os agentes coloquem em prática
138 o que se propuseram a fazer. Citou alguns exemplos como o caso da CEDAE que
139 embora o assunto não tenha sido resolvido está se manifestando e encaminhando
140 proposta. Acrescentou ainda que a SERLA não tem se reunido com o Comitê e que a
141 gestão deve ser participativa. Que a cobrança vem sendo realizada há dois anos e o
142 Comitê ainda não viu nenhum real sendo aplicado na bacia. Enfatizou que somos
143 brasileiros, temos que ver pra crer e que mesmo assim não queremos o
144 enfrentamento e que precisamos dar mais uma oportunidade para que os Comitês
145 tenham condições para desenvolver o processo. Informou ainda que a proposta da
146 Diretoria Colegiada foi fazer uma carta ao órgão gestor com copia ao Presidente do
147 Conselho Estadual para viabilizar o processo. Indagou se o Comitê conseguirá a
148 liberação do recurso para implantar a Secretaria Executiva que hoje funciona com um
149 único funcionário pago pelo usuário PETROBRAS. Nelson Portugal sugere que a
150 copia da carta seja enviada também para o Governador e Secretário de Meio
151 Ambiente. Marilene Ramos se sente na obrigação de informar o andamento do
152 assunto mencionado e que ela participa como canal de comunicação, pois está
153 presente por determinação do Presidente do FUNDRHI. Acrescentou que o repasse
154 pode ocorrer em 48 horas diretamente ao contratado necessitando apenas para liberar
155 o recurso da assinatura da Governadora e que isso não é culpa da lei nº 4.247 e que a
156 ANA também tem esses problemas. Informou ainda que na próxima reunião
157 contaremos com a presença de Icaro Moreno, presidente da SERLA. Enquanto não
158 temos a Agência, o Comitê designa uma entidade com afinidade e citou alguns
159 exemplos. O instrumento para repasse de recurso seria através de Convênio. Com
160 relação à participação da SERLA, acrescentou que não é possível dentro de tantas



Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios
Guandu, da Guarda e Guandu Mirim

161 atribuições para participar das diversas reuniões realizadas pelas Câmaras Técnicas,
162 mas que não se nega para o caso em que o assunto depender de participação da
163 Instituição. Informou ainda que formalmente a SERLA não está inscrita em nenhuma
164 Câmara. Helio Vanderlei fez alguns comentários e disse que infelizmente o presidente
165 da SERLA não esteve nenhuma vez nas reuniões do Comitê e que irá solicitar
166 prestação de contas do FUNDRHI como conselheiro, e que considera alguns vícios na
167 Lei nº 4.247 que transfere os recursos para a SERLA e não para o Comitê e que
168 estamos em ano eleitoral o que tem prazo para empenhar. Entende as colocações da
169 representante, mas que o Presidente tem o poder da caneta e por isto tem que
170 participar e se comprometer em público. Questionou se a CEDAE está inscrita na
171 dívida ativa. Friedrich Herms colocou em votação a aprovação do grupo para estudar
172 a situação da dívida da CEDAE, foi aprovado por todos bem como a elaboração da
173 carta. Informou que o projeto para elaboração da página do Comitê, com o apoio de
174 FURNAS, já está em andamento e o prazo é de 45 dias para instalação da mesma.
175 Acrescentou que o site será através de um servidor pago, mas com garantias e que a
176 FAPUR já está com os trâmites em andamento. Com relação ao projeto para
177 confecção do jornal do Comitê foi solicitado apoio da AMBEV e que ainda não tivemos
178 retorno. Acrescentou que a AMBEV, por iniciativa da própria empresa, passou a pagar
179 a utilização da água a partir de março, mesmo sendo isenta por força de um decreto
180 da governadora de Estado. Marilene Ramos informou que no dia 22 de março foi
181 aprovada, pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a resolução nº 08 do Comitê
182 Guandu, de 15 de dezembro de 2005, para liberação dos recursos. A Secretária
183 Executiva Informou que foi à FAPERJ para verificar a possibilidade de utilização dos
184 recursos referente a projetos através desta Fundação e que também estão sendo
185 avaliadas as possibilidades para repasse dos recursos referentes às ações estruturais,
186 pois ainda não temos uma Agência de Bacia para a operacionalização dos recursos.
187 O representante de FURNAS, André Cimblaris, solicitou constar em ata que a partir
188 desta data a representante de FURNAS será Sabina Campagnani e como suplente
189 João Soito, agradeceu o período em que representou FURNAS informando que a
190 experiência foi muito gratificante, ressaltou a importante participação de Leila Heizer, e
191 que a solicitação se faz por ter a representante atual maior experiência em bacias
192 hidrográficas e que enviará formalmente documentação para as substituições. Adacto



Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios
Guandu, da Guarda e Guandu Mirim

193 Ottoni sugere que na próxima pauta possa ser incluída discussão sobre o Canal de
194 São Francisco e que é complicada a questão do assoreamento e a degradação
195 ambiental. Informou também que a lagoa da CEDAE é um assunto preocupante e
196 propõe a criação de Câmara Técnica temporária para discutir eutroficação. Friedrich
197 Herms diz que a aplicação dos recursos será atribuição das Câmaras Técnicas e que
198 o assunto da Hidrovia dos Jesuítas ainda é somente uma idéia: não existe um projeto
199 a ser apresentado. Acrescentou que em reunião com o Comitê os representantes
200 apresentaram um prospecto e que precisa conhecer o projeto. Mariana Sell diz que
201 está havendo uma prepotência muito grande da SERLA por não estar participando
202 das reuniões das CT's e que todos tem muitas atribuições e que não acha justo.
203 Agradeceu a presença de todos e o apoio do Município de Japeri. O diretor Geral
204 questionou se alguém teria algo a acrescentar e não havendo, encerrou a reunião as
205 12:50. A presente ata foi elaborada por Elizabeth Machado - técnica do Comitê
206 Guandu.